

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 490 - Brasília, quarta-feira, 25 de junho de 1997



O plenário do Senado votou ontem, entre outras propostas, o empréstimo ao estado do Rio

Também com pauta cheia, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou a criação do Fundo de Terras e do Fundo de Aposentadoria Programada Individual



Senado aprova empréstimo que vai viabilizar a venda do Banerj

Financiamento de R\$ 3,08 bilhões, com garantia da União, foi discutido durante duas horas

O plenário do Senado aprovou ontem, depois de quase duas horas de debates, empréstimo da Caixa Econômica Federal ao governo do estado do Rio de Janeiro, no valor de R\$ 3,08 bilhões. O financiamento, que faz parte do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, permitirá a privatização do Banerj, suspensa na semana passada. Pela manhã, a CAE havia aprovado o empréstimo. **Página 4**

Bezerra apóia propostas para as reformas

PÁGINA 3

CAE acolhe o Fundo de Terras

PÁGINA 6

NESTA EDIÇÃO

1 Congresso deve votar hoje a LDO, informa Suassuna

Presidida pelo senador Ney Suassuna, a Comissão Mista de Orçamento aprovou ontem o substitutivo do deputado Sarney Filho ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A matéria será submetida hoje à apreciação do plenário do Congresso Nacional, informou Suassuna. **Página 4**

2 Empregado poderá faltar ao trabalho no dia do vestibular

Projeto que permite ao empregado faltar ao trabalho, sem prejuízo do salário, no dia do vestibular foi aprovado ontem pelo plenário do Senado e será encaminhado agora à sanção presidencial. A proposta, da deputada Rita Camata, teve parecer favorável do senador Carlos Wilson. **Página 4**

Pauta de hoje das comissões inclui, entre outras matérias, o projeto que institui o contrato de trabalho por tempo determinado e a emenda constitucional que cria o Conselho Nacional de Justiça

Doméstica pode ter seguro-desemprego

Doação de órgão merece atenção

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) pediu ao governo rapidez na regulamentação da lei sobre doação de órgãos e a liberação dos recursos necessários à implantação ou melhoria das Centrais de Captação de Órgãos em todos os estados brasileiros.

Para o senador, a capacitação dos hospitais públicos para acolher pacientes, o treinamento adequado de pessoal especializado, a garantia de plena recuperação dos transplantados e a provisão de estoques satisfatórios de medicamentos específicos são algumas das medidas que

precisam ser implementadas rapidamente para que o sistema de doação de órgãos funcione com maior eficiência em todo o país.

Valmir disse que, conforme pesquisa realizada pelo Ministério da Saúde, 71% dos entrevistados acreditam que a legislação será capaz de aumentar o número de doações e salvar, a médio prazo, milhares de vidas. Somente 18% das pessoas ouvidas declararam que não pretendiam ser doadores.

O senador sugeriu que a Central de Captação de Órgãos do Distrito Federal, em Brasília, sirva de modelo para o resto do país, desde que receba investimentos efi-



Valmir pede ao governo mais rapidez na regulamentação da lei e diz que Distrito Federal pode ser exemplo

cientes. De acordo com o senador, o Distrito Federal já tem uma experiência bastante importante em matéria de transplantes, sendo pioneira a atuação do Hospital de Base em toda a região.

Contudo, lamentou que, apesar dos esforços em manter o padrão de eficiência, a central tenha enfrentado grandes dificuldades de recursos, de pessoal e de infraestrutura. "que precisam ser solucionadas para um melhor atendimento dos pacientes".

Segundo afirmou, enquanto na rede privada a espera de um paciente por um transplante demora de dois a três meses, na rede pública essa espera pode chegar a até um ano.

Em aparte, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) disse que já recebeu seu documento de identificação trazendo a inscrição de doador e afirmou que a lei de doação de órgãos é um instrumento de perpetuação da vida.

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), reúne-se às 10h de hoje para apreciar, entre outras matérias, projeto de lei da Câmara que estende o seguro-desemprego ao empregado doméstico. A comissão examinará ainda projeto que dispõe sobre o contrato de trabalho por prazo determinado.

Também às 10h, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), aprecia, entre outras matérias, a proposta de emenda constitucional criando o Conselho Nacional de Justiça, a que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos da cesta básica e ainda a que permite a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país.

A partir das 10h, serão instaladas diversas comissões mistas, entre elas a que dispõe sobre a concessão de financiamento vinculado à exportação de bens ou serviços nacionais.

Agenda do Dia

PRESIDÊNCIA

Senador Antonio Carlos Magalhães

10h - Despacho interno

11h - Recebe o presidente da Skoda, Lubomir Soudek, acompanhado do embaixador da República Tcheca, A. Blazek

11h30 - Recebe o governador do estado do Tocantins, José Wilson Siqueira Campos

15h30 - Preside Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLC nº 204/93, que acrescenta parágrafos ao art. 6º da Lei nº 605/49, que dispõe sobre repouso semanal remunerado; *Projeto de Resolução nº 42/97, que estabelece a composição e a infra-estrutura dos gabinetes do Senado Federal (tramitando em conjunto com o Projeto de Resolução nº 119/95); *Projeto de Resolução nº 119/95, que dispõe sobre os gabinetes dos senadores; *Parcer nº 319/97, sobre a Mensagem nº 107/97, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do tenente-brigadeiro-ou-ao João Felipe Sampaio de Lacerda Júnior para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga reservada a oficial-general da Aeronáutica, da ativa e do posto mais elevado da carreira, e decorrente da aposentadoria compulsória, por implenento de idade, do ministro Jorge José de Carvalho.

19h - Sessão do Congresso Nacional

Pauta: Votação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 1998.

COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLS nº 13/95, que dispõe sobre a instituição da cota mínima de 20% das vagas das instituições públicas de ensino superior para alunos carentes; *PLS nº 310/95, que altera dispositivos da Lei nº 9.112/95, que

dispõe sobre a exportação de bens sensíveis e serviços diretamente vinculados; *PLS nº 11/96, que dispõe sobre o fornecimento gratuito de transporte coletivo urbano, em dias de eleições, a eleitores residentes nas zonas urbanas; *PLS nº 119/96, que dispõe sobre a responsabilidade do autor de ação de impugnação de mandato eletivo, se temerária ou de má fé; *PEC nº 12/91, que cria o Conselho Nacional de Justiça; *PEC nº 46/95, que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica; *PEC nº 6/96, que torna o voto facultativo; *PEC nº 52/95, que suprime o parágrafo 3º do art. 199 da Constituição federal que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; *PEC nº 35/95, que estabelece adaptações na organização do Ministério Público, corrigindo tendências concentradoras que se revelaram incompatíveis e institucionalmente prejudiciais, em termos de eficiência operativa; *PEC nº 58/95, que fixa o princípio da coincidência geral dos pleitos eleitorais; e *PEC nº 12/96, que cria Tribunais Regionais Federais. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLS nº 50/95 (não terminativo), que introduz alterações na Lei nº 7.988/90, que institui o seguro-desemprego, visando a estender o benefício ao empregado doméstico; *PLC nº 93/96 (não terminativo) - tramitando em conjunto com o PLS nº 239/95, 42/96, 188/96, por versarem sobre o mesmo assunto), que dispõe sobre o contrato de trabalho por prazo determinado; e *PLS nº 66/96 (terminativo), que dispõe sobre a utilização, pelos usuários, das portas dianteira e traseira dos ônibus urbanos. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

17h - CPI dos Precatórios

Pauta: Exposição do governador do estado de Santa Catarina, Paulo Afonso Vieira; dos ex-prefeitos de Goiânia - GO, Darcy Accorci; e de Osasco - SP, Celso Giglio. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emilia Fernandes - Lúdio Coelho

Joel de Hollanda - Marluco Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento,

Jane Araújo e Júlio Essucy

Revisão - Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado

Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211

Fax: (061) 311-3137 - Brasília - DF

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

Senador relata resultados do "Fórum das reformas - A nação tem pressa" e apresenta propostas de modificações constitucionais elaboradas pela Fipe quanto à administração pública, à Previdência e aos tributos

Bezerra apresenta alternativas para reformas

O senador Fernando Bezerra (PMDB-RN) disse ontem que o Congresso Nacional deve voltar sua atenção para a realização das reformas tributária, administrativa e previdenciária. Essa posição, segundo afirmou, foi defendida no "Fórum das reformas - A nação tem pressa", realizado em São Paulo, com a presença de empresários e dos presidentes do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e da Câmara dos Deputados, Michel Temer.

Fernando Bezerra citou trabalho da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) sugerindo alternativas para a realização das reformas. Conforme informou, a reforma tributária proposta pela Fipe prevê a substituição do imposto atual por taxas indiretas sobre as vendas e o aumento da base de cobrança, além da criação de impostos sobre o patrimônio e sobre o comércio exterior.

Essas alterações, segundo o



Bezerra: reforma administrativa tornará o governo mais eficiente

relatório, gerariam uma taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) da ordem de 4,5% ao ano, com redução de US\$ 4 bilhões no déficit externo.

Com relação à Previdência Social, de acordo com projeções da Fipe, citadas pelo senador, o atual modelo levará a um déficit entre 6,2% e 9,0% do PIB, no ano 2030. A proposta da Fipe para o setor, conforme disse, cria um plano de

capitalização obrigatório, com a contribuição de 15% do salário bruto do trabalhador, um plano complementar facultativo e um programa público assistencial, com o objetivo de reduzir a pobreza entre os idosos.

Bezerra destacou ainda a necessidade da reforma administrativa, que, conforme a Fipe, tornaria os gastos do governo mais eficientes, liberando recursos para investimentos em infra-estrutura.

Fogaça quer ANP na pauta de julho

Designado pelo presidente da CAE, senador José Serra (PSDB-SP), como relator do projeto de lei que institui a Agência Nacional de Petróleo (ANP), o senador José Fogaça (PMDB-RS) pediu ontem que a matéria integre a pauta da convocação extraordinária do Congresso Nacional. Ele assegurou que hoje entregará seu parecer, de modo que a comissão poderá apreciá-lo e garantir o envio do projeto à deliberação do plenário do Senado em julho.

Fogaça destacou que a criação da ANP é particularmente importante para o Senado, pois, "além da relação umbilical com o sistema financeiro, o Senado passará a ter relação semelhante no que se refere à política nacional de petróleo". Segundo o senador, a agência será órgão regulador estratégico da produção de gás, petróleo e derivados de petróleo, e passará a centralizar o acervo de informações e dados técnicos sobre essas atividades de produção, atualmente nas mãos da Petrobrás.

Na opinião de Fogaça, a par dos indiscutíveis serviços prestados pela Petrobrás ao país, essa é uma empresa e, como tal, tem seus in-

teresses específicos, que não se confundem com o interesse público do monopólio da União no setor de gás e petróleo.

DIRETORIA

Ele salientou que caberá ao Senado avaliar as indicações do presidente da República para compor a diretoria da ANP, cujo diretor terá mandato de quatro anos, renováveis por igual período, "não podendo ser demitido nem pelo presidente da República nem pelo ministro de Minas e Energia". Em caso de notório descumprimento da lei ou de falta grave, a demissão do diretor, mesmo que por iniciativa presidencial, deverá ser submetida ao Senado, acrescentou.

MUDANÇAS

A criação da ANP, conforme o senador, representa um aprofundamento da reforma do Estado brasileiro, iniciada com a aprovação da Lei das Concessões, em janeiro de 1995, e complementada pelas mudanças constitucionais nas áreas de telecomunicações, energia elétrica e petróleo. A seu ver, trata-se de mudanças revolucionárias, pois estão construindo um conceito de poder público que não mais se mescla com o poder estatal.

Josaphat não vê compromisso social

O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) afirmou ontem, em plenário, que governo e empresários só falam na necessidade de aprovação de reformas constitucionais, "mas não cogitam melhoria para os economicamente fracos".

- Reclamamos contra uma injustiça praticada. Não basta que se fale em reformas. É preciso uma atividade direta, pronta, segura, para atender aos que necessitam de melhores condições de vida - disse.

Devido a lembrar que os servidores públicos não têm reajuste desde fevereiro de 95, que o salário mínimo foi aumentado em apenas R\$ 8,00 e que se agrava a situação financeira dos trabalhadores, Josaphat Marinho observou que o governo teve cerca de R\$ 20 bilhões para injetar no sistema financeiro.



Josaphat Marinho cobrou nova postura do governo e dos empresários

- Tudo isso se passa com absoluta indiferença. E o governo insiste em reformas, que seriam indispensáveis até para aumentar a atividade econômica. Mas as reformas que podiam influir na atividade econômica já foram aprovadas pelo Congresso desde o ano passado. Não há outras reformas que possam concorrer para o aumento de atividades econômicas pen-

dentes de decisão do Congresso - frisou.

Josaphat Marinho citou ainda que o governo não abre mão da prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal, "mas promete dar uma compensação aos estados e municípios". Para ele, "se é injusta a prorrogação, é inexplicável a disponibilidade de recursos para dar compensação às entidades federadas".

O senador José Fogaça é o relator na CAE do projeto de lei que institui a Agência Nacional de Petróleo



Por 43 votos a 10, a Caixa Econômica Federal foi autorizada a financiar ao Rio de Janeiro, com garantia da União, R\$ 3,08 bilhões, necessários à continuidade do processo de privatização do banco do estado. A questão provocou polêmica em plenário

Senado aprova empréstimo para o Banerj



Suassuna (ao microfone) preside reunião da Comissão de Orçamento

Suassuna diz que LDO deve ser votada hoje

A Comissão Mista de Orçamento (CMO), presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), aprovou ontem o substitutivo do deputado Sarney Filho (PFL-MA) ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), compreendendo as prioridades das políticas públicas que orientarão a elaboração do Orçamento para 1998. Suassuna informou que hoje, às 19h, a matéria será submetida à apreciação do plenário do Congresso Nacional.

Na avaliação do presidente e do relator da comissão, a LDO aprovada representa um avanço em termos de maior transparência na aplicação de recursos públicos e no que diz respeito à sua compatibilidade com o Plano Plurianual e o Orçamento.

Conforme Ney Suassuna, após inúmeras reuniões das lideranças partidárias, chegou-se a um consenso de que, frente à perspectiva do fim da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), era preciso garantir recursos orçamentários para a área da saúde. Nesse sentido, o substitutivo estabelece que, em 1998, as ações e serviços de saúde receberão recursos, no mínimo, equivalentes aos autorizados pelo Orçamento de 1997.

Outra mudança feita pela comissão na proposta do Executi-

vo, segundo destacou o relator, foi a de determinar que o TCU envie à CMO, até 30 de setembro, a listagem das obras em execução em que tenham sido encontrados indícios de irregularidades. Para o relator, outra modificação importante foi a de fixar que 65% dos financiamentos das agências federais de fomento sejam destinados às pequenas e médias empresas.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) frisou que, entre as sugestões acatadas pelo relator, consta a de que a proposta orçamentária para 1998 poderá prever a destinação de recursos para a implantação do Programa de Garantia de Renda Mínima.

O substitutivo de Sarney Filho recebeu 167 destaques para votação em separado, todos eles retirados pelos autores após negociações entre as lideranças. Um único, de autoria do senador Flaviano Melo (PMDB-AC), foi mantido e aprovado pelo plenário da comissão, estabelecendo que os ex-territórios do Acre, Rondônia, Roraima e Amapá poderão ter acesso a transferências de recursos da União se comprovarem que, do total de receitas orçamentárias, até 10% referem-se a receitas tributárias próprias. Pelo substitutivo original, esse limite era de 25%, patamar muito alto para estados, justificou Flaviano.

Depois de quase duas horas de debates, o plenário aprovou ontem empréstimo da Caixa Econômica Federal ao governo do estado do Rio de Janeiro, no valor de R\$ 3,08 bilhões, com garantia da União, destinados ao pagamento de obrigações trabalhistas e fiscais do Banerj (R\$ 942 milhões) e à formação de um fundo destinado a bancar obrigações da previdência do banco (R\$ 2,14 bilhões). A aprovação do empréstimo permitirá a privatização do Banerj, suspensa na semana passada.

O financiamento faz parte do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, em negociação entre o governo do Rio e o Ministério da Fazenda. No total, o Rio terá empréstimos federais acima de R\$ 6 bilhões, os quais serão pagos a longo prazo, inclusive os R\$ 3,08 bilhões que vão viabilizar a privatização do Banerj. A mensagem foi aprovada por 43 votos favoráveis, 10 contrários e três abstenções. Pela manhã, a Comissão de Assuntos Econômicos havia aprovado o empréstimo, tendo ouvido o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente.

O relator da mensagem,

Ney Suassuna (PMDB-PB), defendeu a aprovação do empréstimo, lembrando que o governo federal já negociou com 19 estados o alongamento de suas dívidas. O debate começou com protestos de Abdias Nascimento (PDT-RJ), que apontou a falta de documentos necessários à tomada do empréstimo e questionou a avaliação de um prédio do Banerj, em São Paulo, dentro do levantamento de bens para privatização.

Ernandes Amorim (PPB-RO) afirmou que a CEF estava "dando de presente" R\$ 3 bilhões para "a privatização do Banerj", praticamente a mesma quantia que a União recebeu com a privatização da Cia. Vale do Rio Doce. Levy Dias (PPB-MS) ponderou que a CEF não tem dinheiro para financiar a construção de casas, "mas tem R\$ 3 bilhões para permitir a privatização do Banerj".

José Roberto Arruda (PSDB-DF), líder do governo no Congresso, explicou que a CEF "não está doando nenhum centavo ao

Rio de Janeiro" e que o empréstimo será pago pelo governo estadual. "Aliás, o estado ofereceria à CEF garantias para esse empréstimo."

Artur da Távola (PSDB-RJ) frisou que a alternativa ao empréstimo seria a quebra do Banerj, com todas as consequências negativas para a economia do estado do Rio. E, mesmo quebrado o banco, o governo estadual teria de pagar as obrigações trabalhistas, fiscais e do fundo de pensão do Banerj.

Roberto Requião (PMDB-PR) sustentou que a aprovação do Senado carregava um recado para os governadores. "O recado será o seguinte: podem gastar, podem quebrar

seu banco estadual que depois o governo federal resolve o problema." Roberto Freire (PPS-PE) disse que uma privatização ou uma liquidação de um banco estadual tem o mesmo efeito - no final, os prejuízos são socializados, com os governos estaduais pagando a conta. Por isso, ele preferia a privatização, salvando pelo menos parte dos empregos.

Requião, Amorim e Levy Dias são senadores que se manifestaram contra a aprovação da medida

Trabalhador poderá faltar no dia da prova do vestibular

O plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei que permite ao empregado faltar ao trabalho, sem prejuízo do salário, para participar de concurso vestibular de acesso ao ensino superior. A proposta, originária da Câmara, será agora encaminhada à sanção do presidente da República.

O relator do projeto na Comissão de Assuntos Sociais, senador Carlos Wilson (PSDB-PE), lembrou que geralmente quem trabalha antes de fazer curso superior é pessoa pobre e, por isso, a mudança na CLT para a dispensa do



Carlos Wilson

trabalho no dia do vestibular é uma mudança justa. "A medida não trará maiores prejuízos

ao empregador, pois ainda é limitado o número de trabalhadores que se propõem a prestar o vestibular", ponderou Carlos Wilson.

A CLT já prevê dispensa de trabalho, sem perda de dia trabalhado, nos casos de morte de parente próximo (2 dias), casamento (3 dias), nascimento de filho (1 dia), alistamento eleitoral (2 dias) e no dia em que o empregado doar sangue (1 dia, a cada 12 meses). A dispensa no dia do vestibular foi proposta pela deputada Rita Camata.

Senado teve 64 presentes em plenário

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, destacou durante as votações da sessão de ontem que 64 dos 81 senadores estavam no Congresso, apesar de a imprensa ter noticiado que, nesta terça-feira, o plenário estaria vazio, por causa das festas juninas no Nordeste. "O Senado cumpre os seus deveres para com a sociedade", afirmou o presidente.

Além das votações em plenário, as comissões de Assuntos Econômicos e de Constituição, Justiça e Cidadania se reuniram ontem. A reunião da CAE ouviu exposição do ministro extraordinário de Assuntos Fundiários, Raul Jungmann, e aprovou vários projetos. A sessão da CAE, que começou pouco depois das 10h, terminou após as 14h. A CCI, por sua vez, além de apreciar projetos, ouviu uma exposição do presidente do STF, ministro José Celso de Mello Filho, sobre efeito vinculante.

Depois da sessão ontem do plenário, das 14h30 às 17h45, houve reunião da CPI que investiga a emissão irregular de títulos públicos e da Comissão Mista de Orçamento, quando se aprovou a LDO para o ano que vem.

Pouco tempo para exame dos pedidos

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, advertiu o Banco Central que não aceitará mais o envio de mensagens com pedidos de rolagem de dívidas estaduais e municipais com poucos dias para análise e votação. Ele informou ter recebido ontem comunicação do BC com a proposta de rolagem de duas dívidas mobiliárias, as quais terão de ser votadas em apenas seis dias, na CAE e no plenário.

O Senado não pode aceitar essa situação. Não poderemos cumprir assim a nossa tarefa. Por isso, faço uma advertência ao Banco Central, que deverá ser enviada por intermédio de ofício desta presidência ao ministro da Fazenda - disse Antonio Carlos Magalhães.

Edivaldo Orsi assegurou à CPI que toda a verba apurada para o pagamento de precatórios revertu para o município, mas o relator insiste em apontar crime de responsabilidade

Ex-prefeito garante lisura em Campinas

O ex-prefeito Edivaldo Orsi, de Campinas, afirmou ontem na CPI dos Precatórios que toda a receita arrecadada com a emissão de títulos da prefeitura foi utilizada em benefício do município, não tendo ninguém se lucrado com um só centavo desses recursos. "Realmente, o crime de Campinas é um crime menor, mas houve crime de responsabilidade", disse o relator Roberto Requião (PMDB-PR), ao final do depoimento.

Tanto Requião quanto José Serra (PSDB-SP) disseram que os papéis de Campinas foram lançados sem as irregularidades cometidas por outros estados e municípios investigados. Referiam-se a atos como pagamento de taxa de sucesso, participação de quadrilha orientando o processo de compra e venda de papéis (cadeia da felicidade), lavagem de dinheiro e deságio, que caracterizaram outras emissões sob investigação da CPI.



O ex-prefeito Edivaldo Orsi depois tendo ao lado o presidente da comissão, senador Bernardo Cabral

O relator disse que caberá ao Ministério Público oferecer ou não denúncia contra o ex-prefeito, pois houve emissão de valor superior ao que era devido em precatórios, assim como uma relação fraudulenta para justificar essa emissão. Conforme Requião, a receita arrecadada por Campinas com a emissão de papéis totalizou R\$ 79,5 milhões. Apenas R\$ 4,5 milhões foram utilizados no pagamento

de precatórios, tendo restado quase R\$ 75 milhões de verba.

O prefeito disse que, na verdade, foram gastos R\$ 9 milhões com precatórios, tendo o restante dos recursos sido aplicado em benefício do município. "Tudo que Campinas emitiu entrou no caixa da prefeitura. Não houve um centavo de deságio e tenho convicção plena de que usamos muito bem o dinheiro", disse ele.

Conforme Gilberto Miranda (PFL-AM), esse dinheiro foi utilizado no pagamento de construtoras, e "o prefeito tinha plena consciência de que estava pagando obras e empreiteiras e não precatórios judiciais". Em sua defesa, Edivaldo Orsi também disse que o endividamento municipal resultante dessas emissões é absolutamente administrável e será honrado no momento certo pela prefeitura.

Lauro diz que governo só pensa no poder

Ao analisar a situação econômica do país, o senador Lauro Campos (PT-DF) afirmou ontem que o governo encorrou o Plano Real I, submetendo agora a população brasileira ao Plano Real II. Em sua opinião, depois de aprovada a emenda que permite ao presidente da República reeleger-se, "abre-se uma nova fase, que apresenta custos diferentes daqueles que sustentaram e oxigenaram o Real I".

Inicia-se o Real II, voltará a inflação, tudo que era proibido será permitido em nome da vitória de Sua Excelência e de sua

meta síntese - a continuidade na Presidência - disse ele.

Na análise do senador, as âncoras criadas pelo governo para manter a estabilidade da moeda pesaram tanto sobre a população que começaram a declinar rapidamente os índices de aprovação do presidente. E essa queda da popularidade do governo ele atribui "à compra de votos e às benesses para aprovar as reformas da Constituição".



Lauro Campos aponta início do Plano Real II

- De repente, não mais que 36% da população apóiam o plano FHC. Seu elevado custo social provoca profundas perdas políti-

cas para os apoiadores do Real I. E, após a conquista do direito de reeleição sem desincompatibilização, FHC abandona as âncoras podres do Real I e lança o Real II - afirmou.

No entender de Lauro Campos, o que importa agora ao presidente Fernando Henrique Cardoso é conseguir a reeleição. O senador sustentou que o interesse do governo em manter-se no poder leva até ao abandono das teorias econômicas neoliberais: "As forças de mercado dito livre que se danem".

Furtos em terminais do BB serão investigados

Os furtos em terminais de saques eletrônicos do Banco do Brasil localizados no Senado Federal deverão ter suas investigações intensificadas, afirmou o presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães, em entrevista à imprensa na manhã de ontem. "Vamos chegar ao fim das investigações com a ajuda do Ministério da Justiça, por intermédio da Po-

lícia Federal, da Polícia do Distrito Federal e da própria Segurança da Casa", frisou.

Antonio Carlos Magalhães disse que o Senado já tem recursos materiais necessários para prover a sua segurança e não precisa, por hora, comprar mais equipamentos, como os detectores de metal que estão sendo utilizados na Câmara dos Deputados.

Niemeyer, Prestes e Geisel terão homenagem

O plenário do Senado aprovou ontem requerimentos de homenagem a três personalidades brasileiras. A pedido encabeçado pelo senador Roberto Freire (PPS-PE), a primeira hora da sessão do dia 4 de dezembro próximo será dedicada à comemoração do 90º aniversário de Oscar Niemeyer, que será dia 15 daquele mês.

Também a seu requerimento ha-

verá sessão especial no dia 4 de março de 98 para festejar os 100 anos de nascimento de Luís Carlos Prestes.

Por sua vez, o senador Edison Lobão (PFL-MA) pediu que a sessão especial prevista para reverenciar o ex-presidente Ernesto Geisel seja transformada em homenagem na Hora do Expediente do dia 6 de agosto, às 11h.

Projeto de Esperidião Amin ganhou substitutivo de Osmar Dias e teve o apoio do ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, que compareceu à reunião da comissão, onde afirmou que a estabilização ajuda a implementar mudança

CAE aprova criação do Fundo de Terras



Na reunião da CAE, o senador Esperidião Amin defendeu seu projeto, aprovado no substitutivo de Osmar Dias

Palmeira louva novo Proálcool

O senador Guilherme Palmeira (PFL-AL) congratulou o presidente Fernando Henrique Cardoso por ter anunciado, no fórum da ONU, a decisão de reativar o Proálcool. Palmeira disse estar convencido de que "a reativação será irreversível e vai beneficiar o Nordeste e todos os que lutam pela preservação do meio ambiente e pelo crescimento da economia".

Em aparte, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) declarou que "a palavra do presidente veio na hora certa, porque o Proálcool fez com que o Brasil conseguisse alta tecnologia no setor de energia alternativa".

Já o senador Levy Dias (PPB-MS) manifestou sua esperança de que se leve avante a idéia de encontrar uma solução para o Proálcool.



Guilherme Palmeira destacou benefícios do programa para o Nordeste

Fundo de aposentadoria programada também passa

O projeto de lei que institui o Fundo de Aposentadoria Programada Individual-Fapi e o Plano de Incentivo à Aposentadoria Programada, de autoria do Executivo, foi aprovado, na Comissão de Assuntos Econômicos, na forma do parecer do relator, senador José Serra (PSDB-SP), contrário às emendas de 1 a 4 de autoria do senador Bello Parga (PFL-MA), e às emendas de 5 a 12, do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que apresentou, também, voto em separado.

Segundo o relator, a instituição do Fundo de Aposentadoria Programada Individual permitirá que sejam alcançadas importantes metas, como o estímulo à aposentadoria e a criação de uma alternativa de poupança a longo prazo, capaz de permitir a expansão da capacidade produtiva, sem criar pressões inflacionárias.



José Serra

A CAE aprovou parecer favorável do senador Esperidião Amin (PPB-SC) para que o governo de Santa Catarina possa rolar sua dívida mobiliária vencível no segundo semestre de 1997. Também foi aprovado pedido da prefeitura municipal de Coronel Bastos, Rio Grande do Sul, para contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 61.355,51, destinada à construção de unidades habitacionais.

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador José Serra (PSDB-SP), aprovou, ontem, com substitutivo, parecer do relator, senador Osmar Dias (PSDB-PR), a projeto de lei complementar de autoria do senador Esperidião Amin (PPB-SC) instituindo o Fundo de Terras, com a finalidade de promover o assentamento e o ordenamento rural. A matéria será submetida ainda ao plenário.

Antes da votação, o ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, afirmou na comissão que o Fundo de Terras ajuda a reforma agrária.

Jungmann disse que a estabilidade da economia "deu um profundo golpe na especulação, gerando sucesso para a reforma agrária". Ressaltou que tanto a Contag como o Movimento Sem-Terra apoiam a proposição de Amin e que "o próprio Estatuto da Terra, criado no regime militar, já previa esse tipo de fundo.

O ministro destacou que seu ministério está concluindo um novo programa para rever os mecanismos para o acesso à terra. Ele citou como exemplo a implantação do rito sumário, o credenciamento coletivo e o uso da carta de crédito financiada. Na avaliação de Jungmann, os estados e municípios têm que dividir com a União a função de visitariar, avaliar e cadastrar as terras prontas para a reforma agrária.

Em apertes, os senadores Esperidião Amin, Osmar Dias, Coutinho Jorge (PSDB-PA), Levy Dias (PPB-MS), Jonas Pinheiro (PFL-MT), Carlos Bezerra (PMDB-MT) e o presidente da comissão, senador José Serra, questionaram o ministro sobre os principais pontos para instituir o Fundo de Terras.

Presidente do Supremo Tribunal Federal ressalta que o congestionamento da Justiça "está na atuação processual compulsiva do poder público, que opõe resistência estatal injustificada a pretensões legítimas dos cidadãos de boa-fé"

Mello é contra o efeito vinculante

O presidente do Supremo Tribunal Federal, Celso de Mello, revelou ontem no Senado ser contrário à adoção da súmula vinculante, por entender que não se pode imobilizar o poder inovador da jurisprudência, nem gerar uma grave interdição ao direito de o magistrado refletir de maneira crítica e decidir em regime de liberdade.

- Tenho para mim que o juiz não pode ser despojado de sua independência. O Estado, sob pena de incidir em gesto autoritário, não pode pretender impor ao magistrado o veto da censura intelectual, que o impeça de pensar, de refletir e de decidir com liberdade - afirmou.

O ministro fez uma exposição sobre o assunto perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que examina proposta de emenda constitucional do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) conferindo efeito vinculante a decisões do STF. Compararam-se à exposição o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e o embaixador João Carlos Souza Gomes.

O presidente do Supremo considerou inaceitável a proposta do deputado Jairo Carneiro punindo o juiz que não seguir decisão sumulada do STF. E disse que a súmula deve ser valorizada processualmente - como "fonte do conhecimento, e não como fonte de produção do Direito".



Celso de Mello foi enfático na condenação ao efeito vinculante, feita na exposição que teve a presença de Antonio Carlos, Cabral e Tebet

como instrumento de persuasão, e não imposição estatal.

Celso de Mello afirmou que há no Brasil excesso de "litigiosidade recursal", lembrando que somente no primeiro semestre deste ano o Supremo Tribunal Federal recebeu 16 mil processos, e defendeu propostas alternativas à súmula vinculante para o descongestionamento do Judiciário.

Entre as propostas, está a aplicação da Lei Orgânica da Advocacia Geral da União, prevendo a possibilidade de o

advogado-geral editar súmulas vinculantes administrativas, a serem seguidas por todos os órgãos jurídicos da União e das autarquias. Isso porque, segundo afirmou, a causa real do congestionamento da Justiça "está na atuação processual compulsiva do poder público, que opõe resistência estatal injustificada a pretensões legítimas dos cidadãos de boa-fé".

- A União e o INSS são responsáveis por 60% do excesso de litigiosidade recursal que imo-

biliza e inviabiliza o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça - disse o ministro.

Celso de Mello defendeu projeto do deputado Ricardo Izar que promove alterações relevantes na lei para inibir a atuação "maliciosa" dos litigantes de má-fé.

O presidente do STF fez questão de afirmar que expressiva maioria dos juízes, no Supremo, acolhe a tese do efeito vinculante, dela discordando apenas, além do próprio presidente, o ministro Marco Aurélio de Mello. Acrescentou que o STF pretende a introdução, no sistema constitucional brasileiro, da arguição de relevância, que per-

mite à corte selecionar as causas suscetíveis de exame mediante recurso extraordinário - com o que concorda.

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) observou que a reforma do Judiciário significa reconhecer mais a cidadania e perguntou ao presidente do STF por que não se editava uma súmula há mais de dez anos. Celso de Mello informou que acaba de compor uma Comissão de Jurisprudência, no STF, com a participação dos ministros Octávio Galotti, Sepúlveda Pertence e Marco Aurélio de Mello, destinada a iniciar um processo de formulação de novos enunciados sumulares.

O senador Jefferson Peres (PSDB-AM) defendeu o efeito vinculante, o senador Josaphat Marinho (PFL-BA) elogiou a exposição do ministro e o senador Roberto Freire (PPS-PE) sugeriu uma subcomissão da CCJ para discutir alternativas para o Judiciário. O presidente da comissão, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), aceitou imediatamente a proposta, designando os senadores Freire, Josaphat e Regina Assumpção (PTB-MG) para integrarem a subcomissão.

Celso de Mello admite que maioria dos juízes do STF acolhe a tese da vinculação

ACM defende impeachment de juízes

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, defendeu a adoção de medidas renovadoras do Judiciário, como o efeito vinculante das decisões sumuladas do Supremo Tribunal Federal (STF) para as instâncias inferiores e o impeachment de juízes, em entrevista após a exposição feita pelo presidente do STF,

ministro Celso de Mello, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado.

Antonio Carlos Magalhães discordou da posição de Celso de Mello contra o efeito vinculante:

"Confesso que estou com a maioria do Supremo. Sou favorável, e acho que isso vai ser muito bom para facilitar

as decisões judiciais e diminuir o número de processos na Justiça brasileira." Para o senador, o efeito vinculante vai acabar com o excesso de processos que dificulta o trabalho dos ministros do Supremo.

Quanto ao impeachment de juízes, o presidente do Senado afirmou que a medida teria efeito positivo, pois a

simples existência dessa possibilidade viria colaborar com o esforço pela moralização do Judiciário.

Quanto à inclusão dos ministros de tribunais superiores entre os magistrados suscetíveis de impeachment, o senador observou: "Se o presidente do Supremo é a favor, por que eu vou ser contra?"

Segundo Antonio Carlos, a indefinição do governo no sentido de acabar com a concentração de investimentos no Sul-Sudeste agrava o problema. No entanto, parlamentares das outras regiões têm conseguido vencer essas resistências

É difícil combater a desigualdade, diz ACM

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou ontem, em palestra a estagiários da Escola Superior de Guerra (ESG), que as desigualdades regionais no Brasil são um problema difícil de ser atacado no âmbito do Congresso Nacional.

Segundo o senador, devido à força das bancadas das regiões economicamente fortes do país, "que insistem em manter mercados cativos dentro do território brasileiro", os estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste são sistematicamente submetidos a medidas paliativas para resolver seus grandes problemas.

- Não é fácil vencer São Paulo em disputas por recursos e investimentos, ainda mais se ministros das áreas de planejamento e economia forem representantes daquele estado - disse Antonio Carlos Magalhães aos 113 estagiários e dezenas de oficiais das três Armas que vieram ao Congresso debater problemas nacionais com os presidentes do Senado e



Em palestra a estagiários da ESG, Antonio Carlos defendeu nova revisão da Carta, mas só depois das reformas

da Câmara, deputado Michel Temer, no Auditório Nereu Ramos, daquela Casa. Segundo Antonio Carlos, a indefinição do governo no sentido de acabar com a concentração de investimentos e recursos no Sul-Sudeste também agrava o problema.

VITÓRIAS

No entanto, afirmou o presidente do Senado, os parlamentares do Norte, Nordeste e Centro-Oeste já conseguiram obter melhores resultados na luta pelos investimentos. Ele citou como melhor exemplo desse fato a obtenção de

incentivos fiscais para instalação de montadoras de automóveis em vários estados, contemplando também com fábricas a Bahia, Goiás e o Tocantins, entre outros.

ORÇAMENTO

Antonio Carlos Magalhães também falou sobre as dificuldades de execução do Orçamento e a sua fiscalização. A seu ver, governo e Congresso devem reformular seu "comportamento" na hora da distribuição dos recursos orçamentários. O governo federal, segundo ele, atrasa o envio da proposta de Orçamento ao

Legislativo "porque não quer vê-lo cumprido com perfeição". Por outro lado, segundo destacou, os parlamentares também não analisam com seriedade a matéria por falta de tempo hábil, fazendo com que a mesma sofra desvios e até corrupção.

REFORMA

O presidente do Senado defendeu, durante a palestra, uma reforma político-partidária visando, sobretudo, modernizar o político brasileiro: "Devemos buscar partidos mais fortes, uma vez que não possuímos cultura nesse sentido,

reduzindo o número de agremiações sem compromissos maiores com a nossa vida política. As transformações devem vir também pelo voto, com a melhor escolha de representantes", assinalou, criticando ainda as contínuas mudanças na lei eleitoral brasileira.

Sobre a possibilidade de uma nova revisão da Constituição, Antonio Carlos Magalhães argumentou que esta deveria realmente ser feita, mas somente após a aprovação das reformas constitucionais necessárias à modernização do Estado brasileiro.

Em relação aos conflitos agrários, o senador disse que o governo federal perdeu o controle do crescimento do Movimento dos Sem-Terra e da União Democrática Ruralista (UDR), fato que, na sua opinião, tem tornado difícil a execução da reforma agrária. Outro problema para o governo, acrescentou, é o da especulação com as indenizações das áreas desapropriadas.

Amorim promete manter denúncias contra governador

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) disse ontem que nada o impedirá de denunciar fatos que prejudiquem o povo de Rondônia, seu estado. "Se denunciar as irregularidades cometidas pelo governador e por membros de sua equipe, malversando o dinheiro público, de forma escancarada e desavergonhada, é atrapalhar o sr. Valdir Raupp, continuarei atrapalhando-o, em nome da moralidade e do bom trato da coisa pública."

Conforme declarou, o go-



Amorim quer manter-se vigilante para evitar prejuízos à população rondoniense tem dito que sua atuação no Senado atrapalha o poder público no estado, mas, em sua opinião, mais importante é manter-se vigilante sobre prejuízos causados à população. Ele informou que, há uma semana, pos-

toçou no Tribunal de Contas da União pedido de apuração de irregularidades praticadas na execução do Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia.

Ernandes Amorim referia-se aos trabalhos relativos à 1ª Aproximação do Zoneamento Sócio-Econômico de Rondônia e à construção e pavimentação da rodovia RO-479, que envolvem recursos superiores a R\$ 24 milhões. Conforme Amorim, a própria Secretaria de Planejamento e Coordenação de Rondônia ofereceu denúncia contra irregularidades

praticadas na execução do contrato firmado com o Consórcio Tecnológico/DHV Consultants, que já recebeu R\$ 9,4 milhões por serviços parcialmente realizados. Em sua opinião, o trabalho foi incompatível com o montante recebido.

O senador disse também que a rodovia RO-479, cuja construção e pavimentação deveria estar concluída em 1995, até o presente não o foi, embora o governador já tenha efetuado o pagamento de toda a obra.